

Jaíba III Holding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de
2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultado	7
Demonstrações de resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da

Jaíba III Holding S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jaíba III Holding S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Jaíba III Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

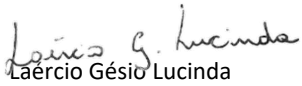
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6


Laércio G. Lucinda

Contador CRC 1SP241847/O-9

Jaíba III Holding S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.207	16.361	56	275
Contas a receber	6	4.387	1.673	-	-
Impostos a recuperar		230	46	1	-
Adiantamento a fornecedores		1.181	9.974	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	7	530	-	150	-
Outros ativos		532	-	-	-
Total do ativo circulante		23.067	28.054	207	275
Ativo não circulante					
Investimentos	8	-	-	177.213	172.732
Imobilizado	9	539.079	496.842	-	-
Direito de uso - Arrendamento	10	13.361	13.825	-	-
Total do ativo não circulante		552.439	510.665	177.213	172.732
Total do ativo		575.506	538.721	177.420	173.007
		Consolidado		Controladora	
Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2025	2024	2025	2024
Passivo					
Fornecedores e outras contas pagar	11	29.829	12.205	2	3
Empréstimos e financiamentos	12	35.494	31.330	-	-
Arrendamentos a pagar	10	15	153	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	512	-	-	-
Outros tributos a recolher		796	713	-	1
Contas a pagar com partes relacionadas	7	2.324	2.324	-	-
Total do passivo circulante		68.970	46.725	2	4
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	309.098	301.387	-	-
Arrendamentos a pagar	10	18.113	17.606	-	-
Outros tributos a recolher		73	-	-	-
Provisão para custos com desmobilização	9.2	1.834	-	-	-
Total do passivo não circulante		329.118	318.993	-	-
Patrimônio líquido					
Capital social	13.1	225.699	185.105	225.699	185.105
Prejuízos acumulados	13.3	(48.281)	(12.102)	(48.281)	(12.102)
Total do patrimônio líquido		177.418	173.003	177.418	173.003
Total do passivo e patrimônio líquido		575.506	538.721	177.420	173.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaíba III Holding S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios/períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	14	58.417	552	-	-
Custos operacionais	15	(56.939)	(578)	-	-
Lucro/(Prejuízo) bruto		1.478	(26)	-	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	16	(1.152)	(725)	(103)	(20)
Outras receitas operacionais		49	5	-	-
Lucro/(Prejuízo) operacional		375	(746)	(103)	(20)
Receitas financeiras	17	1.260	738	3	1
Despesas financeiras	17	(35.536)	(11.051)	-	(1)
Resultado financeiro líquido		(34.276)	(10.313)	3	-
Equivalência patrimonial	8	-	-	(36.079)	(11.070)
Resultado antes dos impostos		(33.901)	(11.059)	(36.179)	(11.090)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	18	(2.278)	(31)	-	-
Prejuízo do exercício		(36.179)	(11.090)	(36.179)	(11.090)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaíba III Holding S.A.

Demonstrações de resultado abrangente

Exercícios/períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(36.179)	(11.090)	(36.179)	(11.090)
Resultado abrangente total do exercício	(36.179)	(11.090)	(36.179)	(11.090)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaíba III Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios/períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2024		75.790	(1.012)	74.778
Aumento de capital social	13.2	109.315	-	109.315
Prejuízo do exercício	13.3	-	(11.090)	(11.090)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		185.105	(12.102)	173.003
Aumento de capital social	13.2	40.594	-	40.594
Prejuízo do exercício	13.3	-	(36.179)	(36.179)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		225.699	(48.281)	177.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaíba III Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios/períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(36.179)	(11.090)	(36.179)	(11.090)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa					
Equivalência patrimonial	8.2	-	-	36.079	11.070
Depreciação e amortização	9.1	21.873	535	-	-
Amortização do direito de uso - Arrendamento	10.1	464	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	19	2.278	-	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12.1	34.651	34	-	-
Atualização financeira - Arrendamentos	10.2	1.458	1.427	-	-
Juros de desmobilização do ativo imobilizado	9.2	200	-	-	-
Provisão de receita		(3.776)	(610)	-	-
Resultado do exercício ajustado		20.969	(9.704)	(100)	(20)
Variação dos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		1.062	(1.063)	-	-
Impostos a recuperar		(184)	-	(1)	-
Contas a receber com partes relacionadas		(530)	-	(150)	-
Adiantamento a fornecedores		8.795	26.370	-	-
Outros ativos		(532)	-	-	-
Fornecedores e outras contas pagar		17.624	13.963	(2)	(3)
Outros tributos a recolher		156	364	-	1
Contas a pagar com partes relacionadas		-	-	-	-
Outros ativos e passivos		1.634	12	-	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		48.994	29.942	(253)	(22)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	12.1	(33.508)	(9.874)	-	-
Imposto de renda e contribuição social a pagos		(1.766)	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		13.720	20.068	(253)	(22)
Fluxo de caixa das atividades investimento					
Aporte de capital em controladas	8.2	-	-	(40.560)	(109.071)
Aquisição de imobilizado	9.1	(64.111)	(449.502)	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(64.111)	(449.502)	(40.560)	(109.071)
Fluxo de caixa das atividades financiamento					
Aporte de capital de acionistas	13.2	40.594	109.315	40.594	109.315
Captação de empréstimos e financiamentos	12.1	42.066	326.493	-	-
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	12.1	(31.335)	-	-	-
Pagamento de arrendamentos	10.2	(1.089)	(1.050)	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		50.237	434.758	40.594	109.315
(Redução) Aumento de caixa equivalentes de caixa líquido					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	16.361	11.037	275	53
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	16.207	16.361	56	275
(Redução) Aumento de caixa equivalentes de caixa líquido		(154)	5.324	(219)	222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Jaíba III Holding S.A. individualmente “Companhia” é uma Holding constituída, em 03 de fevereiro de 2021, e pelas disposições legais aplicáveis na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, que tem como a Controladora Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A Companhia está localizada na Avenida Roque Petroni Junior, 999 – 4º andar – Vila Gertrudes – São Paulo – SP.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias conjuntamente referidas como “Companhia” ou simplesmente “Jaíba III Holding S.A”. O Grupo é formado por suas investidas diretas, sendo 04 (quatro) Companhias que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: JAÍBA N Energias Renováveis S.A., JAÍBA NO1 Energias Renováveis S.A.; JAÍBA NE1 Energias Renováveis S.A.; e JAÍBA O Energias Renováveis S.A., todas sediadas no Município de Jaíba, Estado de Minas Gerais.

1.1 Projeto de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2025, as Controladas diretas da Companhia possuem autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de energia solar, concedida em 5 de novembro de 2019:

Projeto Fotovoltaico	Resolução	Data da autorização	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW médios)
Jaíba NE1 Energias Renováveis S.A.	8331/2019	05/11/2019	35 anos	40,0
Jaíba NO1 Energias Renováveis S.A.	8333/2019	05/11/2019	35 anos	40,0
Jaíba O Energias Renováveis S.A.	8332/2019	05/11/2019	35 anos	20,0
Jaíba N Energias Renováveis S.A.	8330/2019	05/11/2019	35 anos	20,0

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas diretas da Companhia possuem os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Jaíba N Energias Renováveis S. A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial - CCVEIE	5,000	143,70	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2039	Janeiro
Jaíba NE1 Energias Renováveis S. A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial - CCVEIE	10,000	143,70	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2039	Janeiro
Jaíba NO1 Energias Renováveis S. A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial - CCVEIE	10,000	143,70	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2039	Janeiro
Jaíba O Energias Renováveis S. A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial - CCVEIE	5,000	143,70	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2039	Janeiro

1.3 Outras informações

O Grupo concluiu a construção do parque fotovoltaico e iniciou as operações em 21 de dezembro de 2024.

2 Relação de entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possuía controle direto de 04 (quatro) Companhias respectivamente, Veja abaixo a lista das controladas diretas do grupo:

	Participação	2025	2024
Jaíba NE1 Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	100%
Jaíba NO1 Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	100%
Jaíba O Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	100%
Jaíba N Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	100%

Trata-se de Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs) com o objetivo único de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica.

3 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pela Diretoria em 30 de abril de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.1 Base de preparação - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes de empréstimos conforme prazos divulgados na nota explicativa nº12.

Em 31 de Dezembro de 2025, o Grupo apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 47.084 e individuais o capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 205 (consolidado capital circulante líquido negativo de R\$ 28.645 e individual capital circulante líquido positivo de R\$ 271 em 2024). Adicionalmente a Companhia apresentou prejuízo no exercício de R\$ 36.179 em 2025 (R\$ 11.090 em 2024) em suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. O plano de financiamento do Grupo continua válido com aprovação pela Administração sendo, (i) Captação de debêntures, (ii) captação de financiamento de longo prazo com instituições financeiras e, (iii) recursos referentes a venda de outros projetos que a Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ou “FIP” possui, que conforme contrato vinculado entre as entidades, estes valores

serão direcionados para pagamento das demais dívidas de curto prazo.

A Administração elaborou planos para suportar a posição de liquidez do Grupo. Nesse contexto, o plano de financiamento vigente contempla recursos provenientes da venda de outros projetos em nível Latam pertencentes à mesma estrutura societária do Grupo. Os recursos provenientes dessas transações serão direcionados para suprir as necessidades de caixa, as quais deverão contribuir para o fortalecimento da sua posição de liquidez.

Adicionalmente, a Administração vem conduzindo iniciativas com o objetivo de melhorar a estrutura de capital de giro do Grupo, incluindo: (i) atuação por meio das associações setoriais (ABSOLAR e ABEEólica), está tratando com o Ministério de Minas e Energia o ressarcimento do *curtailment*, conforme previsto na Lei nº 15.269/2025, visando aprimorar as condições de cálculo e metodologia de ressarcimento aplicáveis tanto a períodos passados quanto futuros; (ii) renegociação de contratos vigentes; e (iii) implementação de melhorias operacionais contínuas na usina.

Com base nas projeções de fluxo de caixa operacional e considerando o compromisso de sua controladora em prover suporte financeiro e adotar as medidas necessárias para assegurar a continuidade das operações do Grupo, a Administração concluiu que existem recursos suficientes para a manutenção das atividades operacionais no curso normal dos negócios.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico amortizado, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado."

3.3 Moeda Funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 10 - Direito de uso e arrendamento - principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de direito de uso e arrendamentos.

- Nota 9 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 9 – Provisão para desmontagem (reconhecimento e principais premissas);
- Nota 19 – Instrumentos Financeiros - (principais premissas para divulgação dos instrumentos financeiros).

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3.5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir.

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante os exercícios abrangido pelas presentes demonstrações financeiras.

3.6 Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho e ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são

contabilizados com o uso desse método.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.7 Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.8 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.9 Partes relacionadas

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

O Grupo possui transações de conta corrente com outras empresas do Grupo que correspondem à compra dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas.

3.10 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado limitada ao prazo de autorização de 35 anos vide nota 1.1.

O Grupo considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de geração de energia fotovoltaica, por entender que essas taxas representam a vida útil dos ativos para o setor de energia elétrica.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Central Solar	25 anos
Central Solar desmontagem	33 anos

3.11 Provisão de desmobilização

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

O Grupo reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas fotovoltaicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto é de 9,19% e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pelo Grupo.

3.12 Capitalização de juros

Em conformidade com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

- (a) custos de empréstimo compreendem os encargos financeiros calculados com base no método da taxa efetiva de juros como descrito no Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- (b) encargos financeiros relativos aos arrendamentos mercantis financeiros reconhecidos de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil.

O Grupo capitalizou os encargos financeiros e juros de arrendamento para todos os ativos elegíveis a construção.

Cessação da capitalização

O Grupo deverá cessar a capitalização dos custos dos juros capitalizados dos arrendamentos no momento em que a construção do projeto estiver sido concluída.

3.13 Redução ao valor recuperável (impairment)

a. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há

indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo realizou o teste de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros e concluiu que nenhuma provisão seria necessária.

3.14 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.15 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

3.16 Arrendamentos

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

Como arrendatário

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O Grupo avaliou que o CPC 06 (R2) não gera efeitos materiais nas demonstrações financeiras e por isso não efetuou a contabilização dos arrendamentos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

3.17 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecimento

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

ii. Ativos financeiro ao custo amortizado:

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

Compensação

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria do Grupo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Se os ativos ou os passivos medidos ao valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade

no mesmo nível que a input de valor justo com nível mais baixo que seja significativa para toda a medição.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do exercício de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

3.18 Cortes de geração (Curtailment)

O Grupo foi afetado ao longo do exercício de 2025 pelo crescimento dos cortes de geração de energia (*curtailment*), o que afetou diretamente a receita do Grupo e os custos com a compra de energia.

A regulamentação do *curtailment* iniciou-se com as usinas eólicas, por meio da suspensão dos ressarcimentos nos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e na Contratação de Energia de Reserva (CER), por meio do Despacho nº 2.303/2019, até a regulamentação do tema. Após dois anos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) regulamentou a disciplina por meio da Resolução Normativa (REN) nº 927/2021.

Os geradores fotovoltaicos tiveram um histórico de regulamentação semelhante, sendo que, as usinas solares do ACR e na CER tiveram o marco e a forma de ressarcimento estabelecidos, provisoriamente, em 2022, por meio do Despacho nº 1.407/2022. O Despacho nº 1.688/2022 aprovou a metodologia provisória do *curtailment*, possibilitando que as frustrações de geração das usinas solares fossem contempladas, provisoriamente, nos ressarcimentos apurados no âmbito dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) do tipo disponibilidade e dos CERs das usinas solares fotovoltaicas.

Apenas em 2023, a ANEEL publicou a REN nº 1.073/2023, que reconheceu o *curtailment* de usinas, trazendo uma metodologia transitória até a publicação de uma metodologia definitiva de ressarcimento, a qual estava em discussão por meio da Consulta Pública ANEEL nº 009/2025, que ainda não teve resolução publicada. Tanto a Resolução Normativa de eólicas quanto a de solares foram consolidadas na REN nº 1.030/2022.

É importante destacar que as usinas solares do Ambiente de Contratação Livre (ACL) só podem ser ressarcidas a partir de 01 de abril de 2024. Além dos períodos de contratação, a ANEEL incluiu na regulamentação outras regras, como:

- Apenas cortes classificados como “indisponibilidade elétrica” poderão ser ressarcidos.
- Atingir uma franquia de horas, a ser calculada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) a cada início de ano.

Entretanto, em 25 de novembro de 2025, a promulgação da Lei nº 15.269/2025 trouxe um novo ordenamento jurídico para os cortes ocorridos entre 01 de setembro de 2023 e a data de publicação da referida lei. Mediante a assinatura de um Termo de Compromisso com o Poder Concedente, titulares de usinas solares e eólicas poderão fazer jus à compensação dos cortes por indisponibilidade externa, sem franquia de horas, e de confiabilidade elétrica. Como contrapartida, a compensação está condicionada: i) à renúncia do direito de discutir, nas vias administrativa, arbitral ou judicial, compensações pretéritas e ii) à desistência de eventual ação judicial em curso. Em decorrência da nova legislação:

- A CCEE, por meio dos Comunicados nº 937/25 e 971/25, suspendeu as recontabilizações, até que o tema seja integralmente regulamentado.
- O Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para discutir a minuta do Termo de Compromisso, cujo prazo de contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026.

Considerando os eventos acima descritos, ressalta-se que, até a data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração do Grupo não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e, portanto, de renunciar às ações judiciais relacionadas ao *curtailment*. Vale ressaltar que as deliberações finais do Grupo ocorrerão somente após as próximas deliberações sobre o tema. Consequentemente nenhum ganho relativo à compensação econômica pelos eventos de restrições nas operações foram reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

3.19 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades do Grupo é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos

No que tange a geração de energia, obrigação de desempenho acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades do Grupo é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b. Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras de resgate imediato, que são reconhecidas no resultado.

3.20 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício da Companhia são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro

líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para as SPEs, em 2025 e 2024 o imposto de renda e a contribuição são calculados com base no lucro presumido.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras. Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis, vigentes para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, não impactaram a preparação destas demonstrações financeiras, conforme detalhado a seguir:

a. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

c. Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu uma ampla reforma no sistema tributário brasileiro. A nova estrutura prevê, entre outros aspectos, a substituição gradual de tributos atualmente existentes por um modelo de imposto sobre valor agregado dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios.

A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual, com período de transição previsto entre 2026 e 2033, durante o qual os tributos atuais serão progressivamente substituídos pelos novos tributos sobre o consumo.

A Administração do Grupo vem acompanhando a regulamentação e avaliando os potenciais impactos da reforma tributária em suas operações, incluindo possíveis efeitos sobre:

- a estrutura de custos e formação de preços;
- a apuração e recuperação de créditos tributários;
- a classificação e apresentação de tributos nas demonstrações financeiras; e
- os sistemas e processos relacionados à apuração fiscal.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar de forma confiável todos os impactos financeiros da reforma, uma vez que parte relevante das regras operacionais ainda depende de regulamentação por leis complementares e normas infralegais.

O Grupo continuará monitorando o desenvolvimento da legislação e revisará suas estimativas e políticas contábeis conforme necessário, divulgando eventuais efeitos relevantes em períodos futuros, em conformidade com os requisitos de divulgação previstos nas normas contábeis aplicáveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	130	126	-	-
Aplicações financeiras	16.077	16.235	56	275
	16.207	16.361	56	275

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme estabelecido pelo CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As aplicações financeiras do Grupo são de renda fixa e mantidas nas principais instituições financeiras do país. Tais aplicações possuem liquidez imediata e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro do Grupo.

Essas aplicações referem-se substancialmente a aplicações automáticas remuneradas com base em taxa de mercado indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2025 e 2024 a remuneração dessas aplicações varia de acordo com o prazo de permanência dos recursos, com percentuais que podem chegar até 100% do CDI.

6 Contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
Clientes nacionais a faturar (*)	4.387	610
Clientes nacionais	-	1.063
	4.387	1.673

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal (nota fiscal) é emitido.

7 Operações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais de compra e venda de energia entre as empresas do Grupo.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Balanço Patrimonial				
Contas a receber com partes relacionadas				
Jaíba NE1 Energias Renováveis S.A.(***)	-	-	50	-
Jaíba NO1 Energias Renováveis S.A. (***)	-	-	50	-
Jaíba N Energias Renováveis S.A. (***)	-	-	50	-
Canadian Solar Des. De Usinas Solares Ltda (BRDP)(*)	530	-	-	-
	530	-	150	-
Contas a pagar com partes relacionadas (*)				
Canadian Solar Des. De Usinas Solares Ltda (BRDP)	2.324	2.324	-	-
	2.324	2.324	-	-

Demonstração do resultado
Receita operacional bruta (*)

	Consolidado	
	2025	2024
Canadian Solar Des. De Usinas Solares Ltda (BRDP)	7.437	-
Total	7.437	-

Custo - Energia comprada para revenda ()**
Canadian Solar Des. De Usinas Solares Ltda (BRDP)

	(1.545)	-
Total	(1.545)	-

(*) Valores referentes a provisão de compra e venda de energia

(**) Valores referentes a provisão de compra de energia.

(***) As transações com partes relacionadas referem se as operações de conta corrente.

8 Investimentos

	Controladora	
	2025	2024
Investimentos em controladas	177.213	172.732
	177.213	172.732

8.1 Informações financeiras resumidas de controladas

Em 31 de dezembro de 2025

Controlada	Participação		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Jaíba NE1 Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	26.021	188.539	47.605	109.704	57.251	(12.326)
Jaíba NO1 Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	19.583	176.277	25.803	112.222	57.835	(11.965)
Jaíba O Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	11.815	93.513	21.065	53.041	31.222	(5.851)
Jaíba N Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	13.411	94.111	22.466	54.151	30.905	(5.937)

Em 31 de dezembro de 2024

Controlada	Participação		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Jaíba NE1 Energias Renováveis S.A.	Direta	0%	46.191	167.429	49.312	107.862	56.446	(3.863)
Jaíba NO1 Energias Renováveis S.A.	Direta	0%	26.436	167.857	27.157	110.217	56.919	(3.738)
Jaíba O Energias Renováveis S.A.	Direta	0%	16.598	87.269	23.444	49.869	30.554	(1.752)
Jaíba N Energias Renováveis S.A.	Direta	0%	19.006	88.110	27.259	51.044	28.813	(1.717)

8.2 Movimentação dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2025

Controlada	Saldo inicial 2025	Aportes (*)	Equivalência patrimonial	Saldo final 2025
Jaíba NE1 Energias Renováveis S.A.	56.447	13.130	(12.326)	57.251
Jaíba NO1 Energias Renováveis S.A.	53.894	15.906	(11.965)	57.835
Jaíba O Energias Renováveis S.A.	33.576	3.497	(5.851)	31.222
Jaíba N Energias Renováveis S.A.	28.815	8.027	(5.937)	30.905
	172.732	40.560	(36.079)	177.213

Os aportes relevantes estão devidamente mencionados no quadro abaixo.

Data do aporte	Detalhes do aporte	Quantidade de ações	Valor
06/02/2025	Aporte de capital	15.000	15.000
21/02/2025	Aporte de capital	5.710	5.710
01/07/2025	Aporte de capital	4.010	4.010
23/09/2025	Aporte de capital	15.840	15.840
Total aportes de capital - Exercício 2025		40.560	40.560

Em 31 de dezembro de 2024

Controlada	Saldo inicial 2024	Aportes (*)	Equivalência patrimonial	Saldo final 2024
Jaíba NE1 Energias Renováveis S.A.	23.957	36.352	(3.862)	56.447
Jaíba NO1 Energias Renováveis S.A.	24.307	33.328	(3.741)	53.894
Jaíba O Energias Renováveis S.A.	14.121	21.207	(1.752)	33.576
Jaíba N Energias Renováveis S.A.	12.346	18.184	(1.715)	28.815
	74.731	109.071	(11.070)	172.732

Os aportes relevantes estão devidamente mencionados no quadro abaixo.

Detalhes do aporte	Data do aporte	Quantidade de ações	Valor
Aumento de capital	30/01/2024	18.000	18.000
Aumento de capital	04/03/2024	18.000	18.000
Aumento de capital	01/04/2024	5.000	5.000
Aumento de capital	24/04/2024	12.000	12.000
Aumento de capital	13/08/2024	37.860	37.860
Aumento de capital	23/12/2024	18.211	18.211
Total de aportes - Exercício 2024		109.071	109.071

9 Imobilizado

	Consolidado	
	2025	2024
Imobilizado em serviço	539.078	496.842
	539.078	496.842

(*) Adiantamento a fornecedores diretamente atrelados a construção do parque fotovoltaico.

O Grupo avaliou a existência de indicadores de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros e, em razão de um trigger de *impairment* identificado em 2025, realizou o teste de redução ao valor recuperável nesse exercício. Após as análises, concluiu-se que nenhuma provisão deveria ser reconhecida. Para o exercício de 2024, não foram identificados triggers que demandassem a realização do teste.

9.1 Movimentação do imobilizado - Consolidado

	Central Solar	Central Solar Desmontagem	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	31.348	-	31.348
Adições	466.029	-	466.029
Depreciação do exercício	(535)	-	(535)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	496.842	-	496.842
Adições	62.475	1.634	64.109
Depreciação do exercício	(21.819)	(54)	(21.873)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	537.498	1.580	539.078
Taxa média anual de depreciação	4%	3%	

9.2 Provisão para custos com desmobilização

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-
Adições	1.634	1.634
Depreciação	(54)	-
Juros	-	200
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.580	1.834

10 Direito de uso – Arrendamento - Consolidado

	Consolidado	
	2025	2024
Direito de uso	15.975	13.825
(-) Amortização de direito de uso	(2.614)	-
	13.361	13.825

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque fotovoltaico do Grupo, com vigência até 2054. O Grupo reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 8,44% a.a.

10.1 Movimentação do direito de uso - Arrendamento

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.288	17.382
Amortização	(463)	-
Pagamentos	-	(1.050)
Atualização financeira	-	1.427
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.825	17.759
Amortização	(464)	-
Pagamentos	-	(1.089)
Atualização financeira	-	1.458
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13.361	18.128

Passivo de arrendamento

	Consolidado	
	2025	2024
Passivo circulante	15	153
Passivo não circulante	18.113	17.606
	18.128	17.759

11 Fornecedores e outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Materiais e serviços (*)	29.829	12.205	2	3
	29.829	12.205	2	3

(*) Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos parques de energia fotovoltaica.

12 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	2025	2024
Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)	344.592	332.717
	344.592	332.717
Circulante	35.494	31.330
ão circulante	309.098	301.387

12.1 Movimentação e composição dos empréstimos e financiamentos

Saldo inicial 2025	Captação	Juros	(-) Pagamento de Principal	(-) Pagamento de Juros	Saldo final 2025
332.717	42.066	34.651	(31.335)	(33.508)	344.592

Saldo inicial 2024	Captação	Juros	(-) Pagamento de Principal	(-) Pagamento de Juros	Saldo final 2024
-	326.493	16.098	-	(9.874)	332.717

12.2 Informações contratuais

	Captação - R\$	Eventos de pagamentos	Remuneração	Emissão e vencimento	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Banco do Nordeste (BNB)	386.325	Juros a cada trimestre a partir de 17/07/2024 e amortização do principal mensal a partir de novembro/2025	IPCA + 4,60%	Maior/2024 Abril/2046	344.592	332.717

12.3 Cronograma de amortização da dívida

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado	
	2025	2024
2026	-	4.838
2027	5.585	4.844
2028	6.418	6.293
2029	7.785	7.668
2030 a diante	289.310	277.744
	309.098	301.386

(v) Covenants

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo mantinha contrato de financiamento com o BNB, que possuem cláusulas restritivas de *covenants* qualitativos, relacionados a isenção de obtenção de carta fiança. O Grupo realiza o acompanhamento dos *covenants* e em 31 de dezembro de 2025 não havia identificação de nenhuma quebra de acordo com o contrato de financiamento.

(vi) Garantias

Os Empréstimos e financiamentos com BNB tem como garantia a alienação fiduciária de ações, bem como Garantia corporativa da Canadian Solar Inc, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Fiança Bancária prestada junto ao Bradesco.

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado está representado por 225.699 mil ações (185.139 mil em 31 de dezembro de 2024) todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

	2025		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	225.699	225.699	100%
	225.699	225.699	100%

	2024		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	185.105	185.105	100%
	185.105	185.105	100%

13.2 Movimentação e composição do capital social

Detalhes do aporte	Data do aporte	Quantidade de ações	Valor
Capital social em 31 de dezembro de 2023		75.790	75.790
Aumento de capital	30/01/2024	18.000	18.000
Aumento de capital	01/03/2024	5.000	5.000
Aumento de capital	21/03/2024	12.000	12.000
Aumento de capital	24/04/2024	38.000	38.000
Aumento de capital	13/08/2024	104	104
Aumento de capital	19/12/2024	18.210	18.210
Aumento de capital	23/12/2024	18.001	18.001
Capital social em 31 de dezembro de 2024		185.105	185.105
Aumento de capital	03/02/2025	40.000	40.000
Aumento de capital	01/10/2025	594	594
Capital social em 31 de dezembro de 2025		225.699	225.699

13.3 Prejuízos acumulados

A Companhia apresentou em seu resultado um prejuízo líquido do exercício de R\$ 36.179 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, totalizando em R\$ 48.281 de prejuízo acumulado em 2025 (R\$ 11.090 em 31 de dezembro de 2024, totalizando em R\$ 12.102). Desta forma, não houve distribuição de lucros.

14 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2025	2024
Receita de venda de energia (*)	55.102	610
Receita de venda de energia – Intercompany (**)	7.437	-
Imposto incidentes sobre vendas e descontos (***)	(4.122)	(58)
	58.417	552

(*) Receita é predominante no mercado ACL;
(**) Conforme demonstrado na nota explicativa 7;
(***) Regime cumulativo sendo PIS (0,65%) e COFINS (3,00%).

15 Custos operacionais

	Consolidado	
	2025	2024
Depreciação	(22.337)	(535)
Compra de energia	(19.117)	-
Compra de energia -Intercompany (*)	(1.545)	-
Encargos do uso da rede elétrica	(7.970)	-
Serviços de terceiros	(85)	-
Seguros	(1.822)	-
Serviços de segurança	(767)	-
Operação e manutenção	(3.098)	(43)
Outros	(198)	-
	(56.939)	(578)

(*) Conforme demonstrado na nota explicativa 7;

16 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de terceiros (*)	(858)	(683)	(102)	(24)
Tributárias	(149)	-	(1)	-
Viagens e estadias	(103)	-	-	-
Outras	(42)	(42)	-	4
	(1.152)	(725)	(103)	(20)

(*) Referem-se a despesa com prestação de serviços de consultoria e despesas com cartório.

17 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	1.260	738	3	1
	1.260	738	3	1
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	(32.213)	-	-	-
Comissão financeira	(2.776)	-	-	-
Multas e juros	(186)	-	-	-

Jaíba III Holding S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Variação cambial passiva	-	(10.668)	-	-
Despesas bancárias	(163)	-	-	-
Juros de desmobilização de ativo imobilizado	(198)	-	-	-
Outras despesas financeiras	-	(383)	-	(1)
	<u>(35.536)</u>	<u>(11.051)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(34.276)</u>	<u>(10.313)</u>	<u>3</u>	<u>-</u>

(*) O saldo de variação cambial é decorrente da compra de módulos fotovoltaicos.

18 Imposto de renda e contribuição social

18.1 Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	2025	2024
IRPJ a recolher	333	-
CSLL a recolher	179	-
	512	-

18.2 Despesa com Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2025	2024
Imposto de renda	(1.484)	(19)
Contribuição social	(794)	(12)
	(2.278)	(31)

O regime tributário das controladas em 31 de dezembro de 2025 é o Lucro Presumido, calculado conforme o demonstrativo a seguir:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	62.539	62.539
(-) Vendas canceladas	-	-
Presunção (IRPJ 8% e CSLL 12%)	5.003	7.505
Demais receitas	1.233	1.233
Base de cálculo IRPJ e CSLL	6.236	8.738
IRPJ 15% e CSLL 9%	(894)	(794)
Adicional de IRPJ de 10%	(590)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.484)	(794)
Reconciliação do IRPJ e CSLL		
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.484)	(794)
	(1.484)	(794)

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O Grupo possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é realizado por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa do Grupo bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa do Grupo são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez.

O Grupo não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

19.1 Classificação dos instrumentos financeiros:

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos financeiros		Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Valor justo	Nota	Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
Aplicações financeiras	5	16.077	16.235	56	275
Custo amortizado					
Caixas e bancos	5	130	126	-	-
		16.207	16.361	56	275
Passivos financeiros		Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Custo amortizado		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
Fornecedores e outras contas a pagar	11	29.829	12.205	2	3
Empréstimos e financiamentos	12	344.592	332.717	-	-
Arrendamentos a pagar	10.2	18.128	17.759	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	7	2.324	2.324	-	-
		394.873	365.005	2	3
Ativos financeiros		Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Valor justo	Nota	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Aplicações financeiras	5	16.077	16.235	56	275
Custo amortizado					
Caixas e bancos	5	130	126	-	-
		16.207	16.361	56	275
Passivos financeiros		Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Custo amortizado		Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Fornecedores e outras contas a pagar	11	29.829	12.205	2	3
Empréstimos e financiamentos	12	344.592	332.717	-	-
Arrendamentos a pagar	10.2	18.128	17.759	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	7	2.324	2.324	-	-
		394.873	365.005	2	3

O valor contábil representa uma aproximação razoável do valor justo, conforme descrito abaixo:

(i) Os saldos de caixa e bancos, contas a receber, contas a receber com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contas a pagar com partes relacionadas circulantes são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos; e

(ii) Os valores contábeis de empréstimos e financiamentos não circulantes são mensurados ao custo amortizado e divulgados pelo valor justo, que não difere materialmente dos valores contábeis, uma vez que as taxas de juros acordadas são consistentes com as taxas de mercado atuais.

19.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

a. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

b. Risco cambial

Em 2025 e 2024 o Grupo não está exposta a risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras ou vendas são denominadas.

c. Risco de juros

Análise de sensibilidade de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Com base nos dados disponíveis no Banco Bradesco, foi extraída a projeção dos indexadores CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

	Variação 2025	Cenário Provável 2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	14,90%	12,13%	(12,13%)	(15,16%)	(18,20%)
	Índices	2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Aplicações financeiras		16.077	(1.950)	(2.438)	(2.925)

31 de dezembro de 2024

Variação	Cenário Provável	Sensibilidade

	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Provável</u>	<u>Δ + 25%</u>	<u>Δ + 50%</u>
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	11,77%	14,83%	(14,83%)	(18,54%)	(22,25%)
			Sensibilidade		
	<u>Índices</u>	<u>2024</u>	<u>Provável</u>	<u>Δ + 25%</u>	<u>Δ + 50%</u>
Aplicações financeiras		16.235	(2.408)	(3.010)	(3.611)

31 de dezembro de 2025

	<u>Variação</u>	<u>Cenário</u>	<u>Sensibilidade</u>		
	<u>2025</u>	<u>Provável</u>	<u>Provável</u>	<u>Δ + 25%</u>	<u>Δ + 50%</u>
Risco de aumento de taxas, juros e índices - IPCA (IBGE)	4,30%	3,80%	3,80%	4,75%	5,70%
			Sensibilidade		
	<u>Índices</u>	<u>2025</u>	<u>Provável</u>	<u>Δ + 25%</u>	<u>Δ + 50%</u>
Empréstimos e financiamentos		344.592	13.094	16.368	19.642

31 de dezembro de 2024

	<u>Variação</u>	<u>Cenário</u>	<u>Sensibilidade</u>		
	<u>2024</u>	<u>Provável</u>	<u>Provável</u>	<u>Δ + 25%</u>	<u>Δ + 50%</u>
Risco de redução do passivo	4,80%	5,60%	5,60%	7,00%	8,40%
			Sensibilidade		
	<u>Índices</u>	<u>2024</u>	<u>Provável</u>	<u>Δ + 25%</u>	<u>Δ + 50%</u>
Empréstimos e financiamentos		332.717	18.632	23.290	27.948

(a) Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) - Fonte: Bradesco Longo Prazo.

(b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - Fonte: Bradesco Longo Prazo.

d. Risco de crédito

É o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.207	16.361	56	275
Contas a receber	6	4.386	1.673	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	7	530	-	150	-
Total		21.123	18.034	206	275

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Em 31 de dezembro de 2025

		Consolidado				
		Fluxo de caixa contratuais				
	Nota	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	11	29.829	29.829	-	29.829	-
Empréstimos e financiamentos	12	344.592	764.436	8.468	24.113	731.855
Arrendamentos a pagar	10.2	18.128	18.128	-	15	18.113
		392.549	812.393	8.468	53.957	749.968

		Controladora				
		Fluxo de caixa contratuais				
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	11	2	2	-	2	-
		2	2	-	2	-

Em 31 de dezembro de 2024

		Consolidado				
		Fluxo de caixa contratuais				
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	11	12.205	12.205	-	12.205	-
Empréstimos e financiamentos	12	332.717	751.821	7.634	21.621	722.566
Arrendamentos a pagar	10.2	17.759	17.759	-	153	17.606
		362.681	781.785	7.634	33.979	740.172

		Controladora			
		Fluxo de caixa contratuais			
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	11	3	3	-	3
		3	3	-	3

20 Provisões para perdas em processos administrativos e judiciais

O Grupo não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

21 Demonstrações dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as operações que não afetaram caixa nas operações do Grupo estão demonstradas a seguir:

	Consolidado
	2025
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa	
Provisão para custos com desmobilização	200